EMENDA Nº 11 – PLENÁRIO

(Ao SUBSTITUTIVO DA CAE AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 386, DE 2012)

Substitua-se, no parágrafo § 1º do art. 8º-A acrescido à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, pelo Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2012 a seguinte expressão:

[..] exceto para os serviços a que se referem os **subitens 7.02, 7.05 e 16.01** da lista anexa.

pela expressão:

[..] exceto para os serviços **a que se refere o subitem 16.01** da lista anexa .

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda corrige uma distorção do Projeto, ao excluir da possibilidade de concessão de benefícios e incentivos com o ISS (abaixo da alíquota mínima constitucional) para as atividades de construção civil.

Afinal, o objetivo do projeto é impedir a “guerra fiscal” em que a alocação econômica é distorcida ou condicionada não pela eficiência relativa da produção mas pelos favorecimentos fiscais. Ora, a construção civil é um setor altamente suscetível de incentivos dessa espécie, pois trata-se de atividade itinerante por natureza, na qual a mobilização e desmobilização em qualquer lugar é inerente ao próprio processo produtivo de uma obra.

Do ponto de vista da demanda, a possibilidade de incentivos pode baixar o custo de algumas obras públicas e empreendimentos habitacionais de natureza social. Porém, pode gerar favorecimento a vários tipos de obras

privadas, como condomínios de luxo, que deixarão de contribuir com as receitas do município que deverá posteriormente prestar-lhes os serviços públicos básicos. Diante do extremo poder de influência que os interesses ligados ao negócio imobiliário têm junto às administrações municipais, não é difícil imaginar a concessão ilegítima desses favores, prejudicando os cofres municipais e elevando a desigualdade de renda e de acesso aos serviços públicos. Neste sentido, e dado o elevado valor envolvido na construção civil residencial (em especial nos empreendimentos imobiliários comerciais), formam-se fortíssimos incentivos à continuidade – ou mesmo à ampliação – do pior tipo de “guerra fiscal”, com municípios cedendo à pressão dos interesses incorporadores para aviltar suas alíquotas imobiliárias em favor da rentabilidade dos projetos privados – um autêntico pesadelo para o planejamento urbano, e uma distorção na formação bruta de capital.

Construção civil é uma atividade que existe em praticamente todos os municípios. Esse serviço representa uma fonte potencial de renda relevante para as municipalidades, especialmente aquelas que não têm outras atividades industriais ou agrícolas de relevância, como muitas em Mato Grosso. “Abrir a porteira” para uma nova guerra fiscal nesse setor, de forma tão indiscriminada, vai contra os objetivos do projeto e prejudica os municípios.

Tampouco beneficia os consumidores ou trabalhadores, O senhor relator alegou na Comissão de Assuntos Econômicos que esse favorecimento teria por fundamento a capacidade geradora de emprego desse segmento, o que é inegável. Porém, inúmeros outros segmentos têm capacidade de gerar empregos até maior que a construção civil, e não recebem esse favorecimento. Além disso, os serviços de construção feitos no local não são exportáveis, e, portanto a isenção não causará aumento de competitividade internacional dos produtos brasileiros. Não vemos porque este setor deveria ter um tratamento

mais privilegiado que os demais, especialmente porque sua dinâmica comercial gera os mais fortes incentivos à efetiva ocorrência de guerra fiscal, erodindo as bases arrecadatórias dos municípios e distorcendo a alocação de recursos para o investimento privado.

Sala das Sessões,

Senador PEDRO TAQUES
PDT/MT